

Linguagem Contábil E Sua Interpretação: A Visão Dos Profissionais Da Administração Sobre As Demonstrações Financeiras Do Setor Público

Gabriela Viana Moura¹, Kátia Cristina Benarroch Costa²,
Juliano Milton Kruger³

¹(Pós-Graduanda No Mba Em Gestão Financeira E Contábil No Setor Público / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

²(Pós-Graduanda No Mba Em Gestão Financeira E Contábil No Setor Público / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

³(Professor Adjunto Da Escola Superior De Ciências Sociais E Professor Do Mba Em Gestão Financeira E Contábil No Setor Público / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

Resumo:

O estudo analisa a compreensão da linguagem contábil por profissionais da Administração em relação às demonstrações financeiras do setor público. Delimita-se a investigar como esses profissionais interpretam relatórios contábeis, identificando desafios e propondo estratégias para melhorar a comunicação contábil. O objetivo geral foi avaliar a capacidade de compreensão das informações contábeis e sua influência na tomada de decisões, enquanto os objetivos específicos envolveram identificar dificuldades, analisar a influência da formação multidisciplinar e propor melhorias na forma de apresentação dessas informações. A pesquisa, de natureza aplicada, caracterizou-se como exploratório-descritiva, com abordagem qualitativa e uso de survey por questionário estruturado aplicado a profissionais registrados no Conselho Regional de Administração do Amazonas. Foram utilizadas análises de conteúdo temático segundo Bardin (2016) e estatística descritiva para interpretar os dados. Os resultados revelaram que, embora a maioria dos participantes possua familiaridade com algumas demonstrações financeiras, como o Balanço Patrimonial e o Balanço Orçamentário, a terminologia técnica e a linguagem excessivamente normativa ainda representam barreiras significativas à compreensão. Constatou-se que as demonstrações cumprem parcialmente sua função informativa, sendo pouco acessíveis ao cidadão comum. A pesquisa identificou que 58,5% dos respondentes sugeriram simplificação da linguagem, seguida por treinamentos e glossários explicativos como estratégias prioritárias para melhorar a comunicação contábil. Conclui-se que a efetividade da contabilidade pública depende não apenas da qualidade técnica dos relatórios, mas também da forma como são comunicados aos usuários. A integração entre contadores e administradores, aliada a ações de capacitação contínua e uso de recursos visuais e pedagógicos, é essencial para fortalecer a governança pública, promover a transparência e potencializar a tomada de decisão baseada em informações contábeis acessíveis e claras.

Palavras-chave: Informação contábil. Usuários. Demonstrações Financeiras. Administradores. Setor Público.

Date of Submission: 05-09-2025

Date of Acceptance: 15-09-2025

I. Introdução

A linguagem contábil é fundamental para a transparência e a tomada de decisões no setor público, sendo um instrumento de comunicação entre o ente governamental e a sociedade. Entretanto, sua complexidade ainda representa um desafio significativo para os usuários da informação, especialmente para os profissionais da administração que não possuem formação contábil. A compreensão das demonstrações financeiras exige não apenas domínio técnico, mas também uma linguagem acessível e interpretável.

Conforme destaca Silva et al. (2025), a atuação profissional moderna demanda uma visão multidisciplinar, capaz de integrar conhecimentos contábeis e administrativos para uma interpretação eficaz dos dados públicos. Essa integração torna-se essencial diante das exigências crescentes por accountability e responsabilidade fiscal. Dessa forma, compreender como profissionais da administração interpretam a linguagem contábil torna-se um ponto central para a melhoria da gestão pública. É nessa intersecção entre áreas que se constrói o debate proposto neste estudo.

Camacho et al. (2018) ressaltam que a compreensibilidade das contas públicas ainda é um entrave para grande parte dos usuários da informação, o que dificulta o exercício pleno do controle social. A linguagem contábil, ao ser técnica e normatizada, muitas vezes distancia os dados financeiros do seu real propósito: informar de forma clara e objetiva para a tomada de decisões e controle.

O uso de termos excessivamente técnicos ou a estrutura rígida das demonstrações pode tornar a informação inacessível para gestores administrativos que não possuem formação contábil. Assim, o papel do contador público deve ir além do simples cumprimento normativo, sendo necessário adaptar e traduzir a linguagem técnica para um público mais amplo. A dificuldade de compreensão pode gerar interpretações equivocadas e, conseqüentemente, decisões gerenciais mal fundamentadas. Por isso, torna-se urgente discutir o processo comunicacional envolvido na elaboração e divulgação das informações contábeis. Essa necessidade está diretamente ligada ao desempenho e à eficiência da administração pública.

A comunicação contábil no setor público deve ser vista como um processo de interação e construção de sentido, conforme discutido por Messias e Walter (2018), que investigaram a percepção de contadores em universidades federais. Os autores destacam que a linguagem contábil precisa ser pensada como uma ponte, e não como uma barreira entre o profissional e a informação. A falta de sintonia entre a linguagem utilizada pelos contadores e a capacidade interpretativa dos administradores compromete a eficácia da gestão.

O profissional multidisciplinar é aquele que entende a linguagem contábil não apenas como números, mas como narrativas que contam a história da entidade pública. A formação conjunta e a colaboração entre áreas tornam-se fundamentais para que a comunicação entre contabilidade e administração seja eficaz. A aproximação entre teoria e prática, portanto, representa uma solução promissora para ampliar a utilidade da informação contábil. Isso implica mudanças na forma como os relatórios são construídos, apresentados e interpretados.

Ainda segundo Messias et al. (2018), as teorias da comunicação e da semiótica contribuem para compreender como a linguagem contábil é interpretada por diferentes públicos. A contabilidade pública, nesse contexto, deve adotar estratégias de comunicação que levem em conta os signos, símbolos e os sentidos atribuídos por seus usuários. A abordagem semiótica permite entender que as demonstrações financeiras não comunicam apenas valores, mas também mensagens institucionais, políticas e sociais.

Essa percepção amplia o debate sobre a qualidade da informação contábil, reforçando a ideia de que a clareza e a acessibilidade são tão importantes quanto a precisão técnica. Ao reconhecer a contabilidade como um sistema de linguagem, é possível refletir sobre como ela pode ser mais inclusiva e compreensível. Isso é especialmente relevante para os administradores públicos que, muitas vezes, são os principais tomadores de decisão e precisam interpretar essas informações para agir de forma estratégica. Portanto, a comunicação contábil precisa ser eficaz para cumprir sua função social.

Assim, este estudo visa analisar a importância da linguagem contábil utilizada nas demonstrações financeiras do setor público, identificando os principais desafios de compreensão por administradores e possíveis estratégias para aprimorar a comunicação contábil. Especificamente, busca-se investigar a percepção desses profissionais quanto à clareza e acessibilidade das informações contábeis, identificar as dificuldades enfrentadas na interpretação dos demonstrativos, avaliar a influência da formação multidisciplinar na compreensão dos dados contábeis, analisar as estratégias de comunicação adotadas pelos contadores públicos e propor melhorias no processo de comunicação contábil.

A justificativa para esta pesquisa reside na constatação de que, embora a contabilidade pública seja fundamental para a transparência e a tomada de decisões, a linguagem técnica utilizada ainda representa uma barreira significativa para os administradores públicos. Dessa forma, compreender essa relação entre linguagem, interpretação e tomada de decisão é essencial para fortalecer a governança pública, ampliar a accountability e promover uma gestão mais eficiente e democrática.

II. Análise Das Demonstrações Financeiras No Setor Público

As Demonstrações Financeiras (DFs) no setor público são instrumentos fundamentais para a transparência, a prestação de contas e o controle social da gestão pública. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), essas demonstrações visam representar, de forma fiel, a posição patrimonial, orçamentária e financeira das entidades públicas, contribuindo para a avaliação da sustentabilidade fiscal e da responsabilidade na alocação de recursos públicos (CFC, 2016).

A análise dessas demonstrações permite verificar o desempenho da gestão sob diferentes perspectivas: eficiência na execução orçamentária, conformidade com as normas legais e equilíbrio fiscal. Para isso, os usuários devem ser capazes de interpretar relatórios como o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, entre outros. Cada um deles cumpre uma função específica no retrato da realidade contábil governamental (Giacomini, 2012).

No entanto, apesar da relevância das DFs, estudos apontam para um descompasso entre a produção das informações contábeis e sua efetiva utilização por gestores, cidadãos e outros usuários. A linguagem excessivamente técnica e a falta de padronização na divulgação dificultam a análise crítica dos dados financeiros, limitando o potencial de controle e gestão que esses documentos oferecem (Borges; Sousa, 2021).

III. Composição Das Demonstrações Financeiras No Setor Público

As demonstrações financeiras do setor público brasileiro são regidas por um arcabouço normativo robusto, que inclui a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esse conjunto normativo estabelece as diretrizes para a elaboração e divulgação das informações contábeis com foco na transparência e na responsabilidade fiscal (Brasil, 1964; Brasil, 2000; CFC, 2021). O rol mínimo das demonstrações exigidas compreende as demonstrações abaixo exigidas conforme o tipo e porte da entidade, conforme previsto na Portaria STN nº 548/2015 e atualizações posteriores (STN, 2021):

- Balanço Orçamentário (BO): evidencia a execução da receita e da despesa orçamentária;
- Balanço Financeiro (BF): demonstra a movimentação financeira, incluindo ingressos e pagamentos;
- Balanço Patrimonial (BP): apresenta a posição dos ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade;
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP): identifica as mutações no patrimônio líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração do Resultado Econômico (DRE)

Cada uma dessas demonstrações atende a propósitos específicos relacionados à accountability, à gestão fiscal e ao controle social, fornecendo uma visão detalhada da situação financeira e patrimonial das entidades públicas. No entanto, para que sua análise seja eficaz, é necessário compreender o regime contábil de competência e a abordagem patrimonialista, adotados como parte da convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais, como o International Public Sector Accounting Standards - IPSAS (STN, 2018; IFAC, 2022).

A complexidade conceitual e estrutural desses relatórios, somada ao uso de linguagem técnica especializada, representa uma barreira significativa para profissionais de áreas não contábeis como administradores, gestores públicos, professores e estudantes das ciências sociais aplicadas que necessitam interpretar essas informações para a tomada de decisão e o acompanhamento da gestão. A superação dessa barreira exige, portanto, estratégias de comunicação contábil mais acessíveis e uma abordagem interdisciplinar na formação e capacitação desses usuários, como apontam estudos recentes sobre a compreensão da contabilidade pública por públicos diversos (Camacho et al., 2018).

IV. Dificuldades Na Interpretação De Dfs Do Setor Público Na Literatura Disponível

A literatura acadêmica evidencia uma série de barreiras enfrentadas por usuários não especialistas na compreensão das demonstrações financeiras do setor público. Uma das principais dificuldades refere-se ao uso de terminologia técnica, frequentemente alheia à linguagem cotidiana de gestores, acadêmicos de outras áreas e da sociedade civil como um todo (Brusch; Falcão, 2017). Esse vocabulário especializado dificulta a interpretação e o uso efetivo das informações contábeis no processo decisório e no acompanhamento da gestão pública.

Além da linguagem, a própria estrutura das demonstrações, organizada com base em normativas contábeis específicas, não adota uma abordagem gerencial ou pedagógica que favoreça a leitura crítica e a análise contextualizada dos dados. Borges e Sousa (2021) apontam que há uma lacuna significativa entre o conteúdo produzido pelos sistemas de contabilidade pública e o grau de entendimento dos usuários não técnicos, o que compromete o papel da contabilidade como ferramenta de cidadania e controle social.

Outro fator apontado por diversos pesquisadores é a formação contábil limitada entre profissionais da Administração e de áreas correlatas. Mesmo entre gestores públicos experientes, observa-se uma percepção de que os relatórios contábeis são pouco acessíveis, e em certos casos, pouco aplicáveis à realidade da gestão cotidiana (Carvalho; Ribeiro, 2020). Tal cenário reforça a necessidade de promover maior integração entre as áreas, por meio de ações educativas, formação multidisciplinar e uso de instrumentos comunicacionais mais eficazes.

Essa desconexão entre a linguagem contábil e o público usuário das informações evidencia a urgência de estratégias que aproximem a contabilidade pública da linguagem administrativa e social. A tradução didática dos conceitos contábeis, o uso de relatórios mais visuais e explicativos, bem como a capacitação contínua de gestores, são caminhos viáveis para tornar a contabilidade mais compreensível e funcional no contexto da gestão pública (Siebeneichler; Feil, 2022).

Superar as barreiras comunicacionais da contabilidade no setor público é um passo fundamental para fortalecer a transparência, a governança e o exercício pleno da accountability. A democratização do acesso às informações contábeis não é apenas um desafio técnico, mas também uma demanda ética e social, essencial para uma administração pública mais eficiente e participativa (Félix, 2017).

V. A Contabilidade Como Instrumento De Gestão

A contabilidade, enquanto instrumento de gestão, tem assumido um papel estratégico na administração pública e no setor privado, especialmente nas micro e pequenas empresas. Ela fornece informações essenciais para o processo decisório, possibilitando maior controle, planejamento e avaliação de desempenho (Carrion; Barbosa, 2021). Ao traduzir os registros financeiros em dados gerenciais, a contabilidade permite ao gestor interpretar cenários, identificar tendências e corrigir rotas. Sua aplicação, portanto, não se limita ao cumprimento de obrigações legais, mas estende-se ao suporte técnico das decisões organizacionais. .

No âmbito da administração pública, a contabilidade atua como suporte para a execução orçamentária e financeira, promovendo maior transparência e controle dos recursos públicos. A elaboração e acompanhamento do orçamento são facilitados pelo uso de ferramentas contábeis que permitem mensurar receitas e despesas, além de identificar desvios e adotar ações corretivas. Com isso, gestores públicos podem alinhar as metas administrativas com os recursos disponíveis, evitando desperdícios e promovendo o uso eficiente do erário. A contabilidade, nesse cenário, fortalece os princípios da legalidade, economicidade e publicidade, fundamentais à boa governança (Hippler et al., 2022).

Para as micro e pequenas empresas, a contabilidade gerencial representa um recurso vital para a sustentabilidade do negócio. Muitas vezes, esses empreendimentos enfrentam dificuldades na gestão financeira por não utilizarem adequadamente os instrumentos contábeis. Ao incorporar práticas contábeis no cotidiano da empresa, o gestor passa a ter maior domínio sobre seus custos, receitas, margens de lucro e fluxo de caixa. Isso facilita o planejamento financeiro, a precificação de produtos e a definição de estratégias de crescimento. A contabilidade, assim, contribui diretamente para o fortalecimento da competitividade e longevidade dos pequenos negócios (Marcelino et al., 2021).

A contabilidade permite avaliar a viabilidade de novos projetos, analisar o desempenho de setores internos e medir os resultados obtidos. Por meio de relatórios gerenciais como o DRE (Demonstrativo do Resultado Econômico), o Balanço Patrimonial e o Fluxo de Caixa, o gestor tem acesso a uma visão ampla e precisa da situação econômica da entidade. Essas informações apoiam tanto a gestão de curto prazo quanto a definição de planos estratégicos de longo prazo. A contabilidade, portanto, deixa de ser um fim em si mesma para se transformar em um meio eficaz de apoio à tomada de decisão (Ngo; Pananguila, 2023).

Outro aspecto relevante é o uso da contabilidade como instrumento de controle. Com ela, é possível verificar a conformidade das operações com o planejamento, bem como identificar possíveis fraudes ou desperdícios. A contabilidade oferece parâmetros objetivos para avaliar a performance organizacional, permitindo comparar resultados esperados com os realizados. Esse controle sistemático contribui para a melhoria contínua da gestão, pois revela áreas críticas e direciona ações corretivas. Assim, ela reforça a cultura organizacional voltada à eficiência, responsabilidade e resultados (Hippler et al., 2022).

É importante destacar que a efetividade da contabilidade como instrumento de gestão depende da qualidade das informações geradas e da capacidade do gestor em interpretá-las corretamente. Isso requer investimentos em capacitação, sistemas informatizados e integração entre os setores contábil e administrativo. A contabilidade deve ser compreendida como uma ferramenta dinâmica, capaz de se adaptar às necessidades e aos contextos específicos de cada organização. Dessa forma, promove-se uma gestão mais estratégica, fundamentada em dados concretos e alinhada aos princípios da boa governança e da sustentabilidade organizacional (Marcelino et al., 2021).

VI. Barreiras À Compreensão Da Informação Contábil

A compreensão das informações contábeis é um fator determinante para a eficácia da gestão organizacional, sobretudo entre os usuários internos tomadores de decisão. Alves et al. (2022) destacam que, mesmo entre gestores de instituições públicas, como universidades, existem dificuldades significativas na leitura e interpretação dos dados contábeis, o que compromete a tomada de decisões fundamentadas. Isso evidencia a importância da capacitação contínua dos usuários internos quanto ao uso estratégico das demonstrações financeiras. A falta de familiaridade com termos técnicos e a ausência de formação específica contribuem para uma leitura superficial das informações. Assim, muitos gestores acabam utilizando apenas indicadores básicos, sem explorar todo o potencial analítico da contabilidade.

Além das limitações técnicas, fatores culturais e educacionais também dificultam a compreensão contábil. Sousa (2023) aponta que barreiras como o baixo incentivo à educação financeira e contábil nas escolas e universidades contribuem para a baixa proficiência em leitura contábil, até mesmo entre profissionais da área. Esse cenário afeta diretamente a qualidade da gestão, pois compromete a interpretação de dados relevantes ao planejamento estratégico. A resistência à adoção de novas tecnologias contábeis, como o Extensible Business Reporting Language (XBRL), também se mostra uma barreira relevante. Muitas organizações ignoram os benefícios da automação contábil devido à falta de conhecimento. Logo, promover a educação e a cultura contábil é essencial para ampliar a compreensão dessas informações.

Feitosa et al. (2024) observam que a ausência da contabilidade como ferramenta gerencial contribui para o insucesso de muitas micro e pequenas empresas. Em diversos casos, os empresários desconhecem a real situação financeira do negócio, tomando decisões baseadas na intuição. Essa carência de entendimento pode levar à falência por má gestão de recursos, precificação inadequada e falta de planejamento. A invisibilidade da contabilidade, especialmente entre pequenos empreendedores, é um dos principais fatores de vulnerabilidade no ambiente competitivo. Por isso, torna-se urgente a disseminação de práticas contábeis acessíveis e a tradução dos dados contábeis para uma linguagem mais clara. Isso aumentaria o envolvimento dos empresários com os números e a sustentabilidade dos seus negócios.

Outro aspecto importante está relacionado à comunicação da informação contábil. Mendes et al. (2025) ressaltam que a forma como os dados contábeis são apresentados influencia diretamente na sua assimilação. Uma linguagem excessivamente técnica, gráficos sem contextualização e relatórios extensos podem gerar confusão. A adoção de formatos mais visuais, dashboards e relatórios resumidos com explicações práticas é uma alternativa viável. O contador deve assumir um papel pedagógico, traduzindo os dados para que se tornem instrumentos reais de gestão. Dessa maneira, o profissional contábil se torna mais do que um registrador de fatos, passando a atuar como consultor estratégico.

Oliveira (2023) enfatiza que os mecanismos de governança da informação contábil são essenciais para garantir a confiabilidade, clareza e utilidade dos dados. No entanto, quando não há políticas bem definidas sobre como essa informação deve ser estruturada e compartilhada, sua eficiência é comprometida. A ausência de padrões organizacionais dificulta a leitura e interpretação por parte dos usuários internos. Essa deficiência acaba gerando ruídos na comunicação entre setores e prejudica a integração das áreas. Para contornar esse desafio, é necessário estabelecer normas internas claras, capacitar as equipes envolvidas e investir em tecnologia que possibilite melhor acesso e compreensão das informações.

A superação das barreiras à compreensão contábil demanda uma abordagem multidimensional, envolvendo educação, comunicação e governança. É preciso reconhecer que a contabilidade só será plenamente utilizada como instrumento de gestão quando os seus usuários entenderem seu conteúdo. O investimento em treinamento, o desenvolvimento de uma linguagem acessível e a valorização do papel estratégico do contador são caminhos promissores. A inclusão da contabilidade no cotidiano das empresas deve ser vista como um diferencial competitivo. A partir disso, as decisões se tornarão mais assertivas, contribuindo para a saúde financeira e a longevidade organizacional. A democratização do conhecimento contábil é, portanto, uma prioridade inadiável (Silva; Vieira, 2024).

A literatura aponta que a compreensão das informações contábeis é essencial para a eficiência da tomada de decisões, especialmente em instituições públicas e privadas. De acordo com Alves et al. (2022), os usuários internos de uma universidade federal demonstraram dificuldade em interpretar relatórios contábeis, o que compromete a qualidade das decisões administrativas. Esse dado reforça a necessidade de clareza e objetividade na elaboração dos demonstrativos contábeis. A pesquisa também evidenciou que, apesar do acesso às informações, a falta de capacitação dos gestores quanto à linguagem contábil ainda é um desafio considerável. Tal constatação foi confirmada por Mendes et al. (2025), que ressaltam a importância da comunicação eficiente entre o setor contábil e os demais departamentos de uma organização.

A pesquisa de Silva, Cruz e Rocha (2010) evidencia que gestores públicos têm acesso aos dados contábeis, mas nem sempre os compreendem plenamente, o que prejudica a gestão eficiente dos recursos.

No ambiente das universidades públicas, como analisa Calado, Matias-Pereira e Botelho (2024), a adoção do Relatório Integrado de Gestão ainda enfrenta barreiras institucionais e culturais. Esses autores, ao utilizarem a Teoria Institucional e o conceito de Inovação Aberta, mostram que há uma resistência à mudança de paradigmas no uso e disseminação das informações contábeis. O estudo revela que muitos contadores atuam de forma tradicional, sem incorporar práticas inovadoras na apresentação dos dados, o que limita sua utilidade para os gestores. Isso sugere que mudanças estruturais e educacionais são necessárias para ampliar a efetividade da contabilidade como ferramenta de gestão pública.

Peres (2024), por meio de técnicas de processamento de linguagem natural, analisou a compreensibilidade de relatórios financeiros no setor público e constatou que muitos desses documentos são elaborados com linguagem excessivamente técnica. Tal prática dificulta a assimilação por parte dos tomadores de decisão, especialmente aqueles sem formação contábil. A pesquisa sugere que a simplificação da linguagem contábil pode tornar as informações mais acessíveis, sem comprometer a qualidade técnica dos relatórios. Essa abordagem é especialmente relevante para a democratização da informação contábil no setor público, que precisa dialogar com múltiplos públicos internos e externos.

Em síntese, os estudos analisados convergem na constatação de que a efetividade das informações contábeis depende tanto da qualidade técnica quanto da forma como são comunicadas. Há um consenso de que a formação do profissional contábil deve incorporar competências voltadas para a comunicação, inovação e interação com outros setores organizacionais. Além disso, a compreensão por parte dos gestores e usuários internos é essencial para que os dados contábeis deixem de ser apenas um registro histórico e se tornem um

verdadeiro instrumento de apoio à tomada de decisão. A revisão de literatura, portanto, evidencia a urgência de uma contabilidade mais acessível, estratégica e integrada aos processos gerenciais.

VII. Metodologia

A presente investigação configura-se como uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, conforme a classificação metodológica proposta por Kruger (2023). O estudo visa analisar, por meio de survey (levantamento) através de questionário estruturado, as principais percepções, desafios e limitações enfrentados por profissionais da Administração na interpretação da linguagem contábil empregada nas demonstrações financeiras do setor público. Trata-se de uma investigação que busca sistematizar e discutir criticamente as contribuições teóricas e empíricas sobre a temática, oferecendo subsídios para a compreensão do papel da contabilidade pública como instrumento de gestão, transparência e accountability.

Para a realização da pesquisa, foram consultadas obras de referência, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais disponíveis em bases acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e bibliotecas institucionais. A seleção do material considerou publicações entre os anos de 2016 e 2025, priorizando estudos nacionais que abordam a comunicação contábil no setor público, a compreensibilidade das demonstrações financeiras e a relação entre contadores e gestores públicos no uso da informação contábil. As palavras-chave utilizadas na busca incluíram: demonstrações financeiras, contabilidade pública, administração pública, compreensão contábil, linguagem contábil e accountability.

Além da coleta de dados bibliográficos a proposta contou com uma coleta de dados a partir de um inquérito por questionário disparado de forma online aos profissionais registrados no Conselho Regional de Administração do Amazonas a partir de amostragem não aleatória, intencional, não probabilística. A análise dos textos e das respostas do questionário selecionados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, conforme delineado por Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias recorrentes nas produções acadêmicas, como barreiras linguísticas, formação interdisciplinar, utilidade das informações contábeis e desafios de comunicação entre áreas. Ademais, o uso de estatística descritiva serviu para sintetizar informações sobre o perfil dos participantes.

Esta pesquisa respeitou os preceitos éticos da pesquisa científica. A investigação, quanto ao horizonte temporal, pode ser classificada como transversal pelo recorte do ano de 2025 ter sido utilizado como proposta para captar, na atualidade, a percepção dos profissionais.

VIII. Resultados E Discussões

Perfil dos participantes da pesquisa

O questionário foi respondido por 53 participantes, sendo 50,9% do sexo feminino e 49,1% do sexo masculino. A faixa etária variou de menos de 25 a mais de 55 anos, destacando-se o grupo entre 25 e 34 anos, que representou 35,8% da amostra, composta por profissionais da administração. Além disso, 64,2% dos participantes afirmaram já ter tido contato com a disciplina ou formação em Contabilidade Pública, o que demonstra uma base prévia de conhecimento relacionada ao tema investigado.

Familiaridade com as Demonstrações Financeiras do Setor Público

A análise das respostas do questionário permitiu identificar o nível de familiaridade dos profissionais de Administração em relação às Demonstrações Financeiras Públicas (DFs), representadas no Quadro e na Figura 1, a seguir:

Quadro 1 – Nível de Familiaridade com as DFs públicas

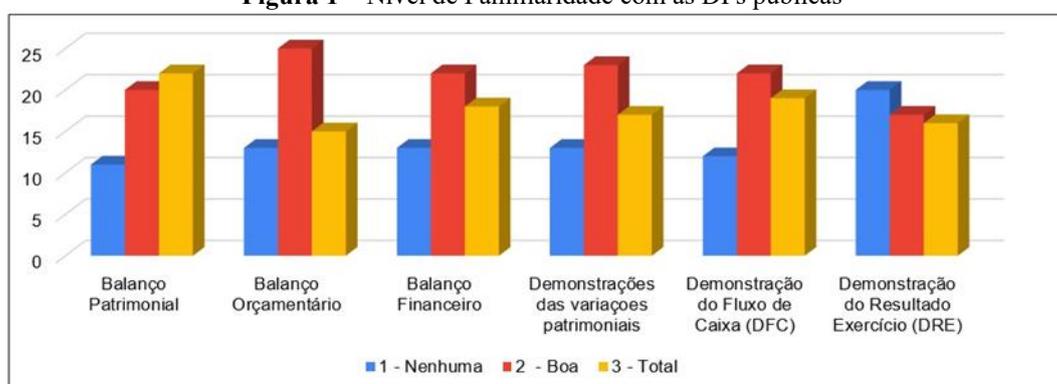
Item	Demonstrações Financeiras Públicas	Quantidade			Percentual		
		1 Nenhuma	2 Boa	3 Total	1 Nenhuma	2 Boa	3 Total
1	Balanço Patrimonial	11	20	22	21,2%	38,5%	40,4%
2	Balanço Orçamentário	13	25	15	25,0%	46,2%	28,8%
3	Balanço Financeiro	13	22	18	25,0%	42,3%	32,7%
4	Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)	13	23	17	25,0%	42,3%	32,7%
5	Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	12	22	19	23,1%	40,4%	36,5%
6	Demonstração do Resultado Econômico (DRE)	20	17	16	36,5%	32,7%	30,8%

A análise das respostas do questionário aplicado permitiu identificar o nível de familiaridade dos profissionais de Administração com as Demonstrações Financeiras Públicas (DFs). No caso do Balanço Patrimonial, observou-se que 40,4% dos participantes declararam possuir total familiaridade, evidenciando um grau elevado de conhecimento sobre essa demonstração. Esse resultado está em consonância com Giacomoni (2012), que destaca o Balanço Patrimonial como uma das principais ferramentas para a avaliação da posição

patrimonial das entidades públicas, sendo essencial para a compreensão da situação financeira e para a tomada de decisões estratégicas.

Em relação ao Balanço Orçamentário, verificou-se que 46,2% dos respondentes relataram ter boa familiaridade, o maior percentual entre os itens analisados, o que demonstra que esta é uma das demonstrações mais compreendidas pelos profissionais avaliados. Esse achado corrobora os apontamentos de Borges e Sousa (2021), que ressaltam a importância dessa demonstração para o acompanhamento da execução orçamentária e para a promoção da transparência fiscal, embora ressaltem que a linguagem técnica ainda represente um obstáculo para parte dos usuários.

Figura 1 – Nível de Familiaridade com as DFs públicas



Quanto ao Balanço Financeiro e à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), 42,3% dos participantes informaram possuir boa familiaridade com esses demonstrativos. Esse resultado dialoga com Camacho et al. (2018), que identificaram que a complexidade estrutural desses relatórios pode limitar a interpretação por parte de usuários que não possuem formação contábil, reforçando a necessidade de estratégias de comunicação mais acessíveis.

No caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), 40,4% dos respondentes também indicaram boa familiaridade, mantendo um padrão semelhante às demais demonstrações. Mendes et al. (2025) destacam que, apesar da relevância da DFC para avaliar a movimentação de recursos financeiros, sua compreensão plena exige capacitação técnica, o que justifica a proporção de participantes que ainda apresentam dificuldades.

Por fim, em relação à Demonstração do Resultado Econômico (DRE), os resultados mostraram uma distribuição mais equilibrada: 36,5% afirmaram não possuir nenhuma familiaridade, enquanto 32,7% relataram ter boa familiaridade e 30,8% declararam possuir total familiaridade. Apesar do índice de desconhecimento, observa-se um saldo positivo, já que mais da metade dos participantes demonstra algum nível de conhecimento sobre essa demonstração. Esse cenário reflete os apontamentos de Bruschi e Falcão (2017), que evidenciam a necessidade de simplificação da linguagem contábil para ampliar a acessibilidade das informações e reduzir a distância entre os relatórios técnicos e os gestores públicos.

Utilização das DFs públicas na sua prática profissional ou acadêmica

Quando questionados sobre a utilização das Demonstrações Financeiras (DFs) públicas em sua prática profissional ou acadêmica, os participantes apresentaram respostas variadas.

Quadro 2 – Utilização das DFs públicas

Respostas	Quantidade	Percentual
Sim, com frequência	13	24,50%
Sim, esporadicamente	22	41,50%
Não	18	34,00%

A análise sobre a utilização das Demonstrações Financeiras (DFs) públicas revelou que 41,5% dos participantes afirmaram utilizá-las de forma esporádica, representando a maioria da amostra. Esse dado evidencia que, embora haja contato com os demonstrativos, ele ocorre de maneira não sistemática, o que pode comprometer a efetividade da contabilidade como instrumento de gestão. Segundo Mendes et al. (2025), a falta de integração entre o setor contábil e os demais departamentos de uma organização pode reduzir o potencial estratégico das informações contábeis, limitando-as a usos pontuais e ocasionais.

Por outro lado, 24,5% dos respondentes declararam que utilizam as DFs com frequência, o que demonstra a presença de um grupo de profissionais que reconhece a importância desses relatórios no apoio à tomada de

decisões. Esse resultado vai ao encontro do que destaca Giacomoni (2012), ao afirmar que o uso contínuo das demonstrações financeiras é essencial para garantir transparência, controle e planejamento eficaz na gestão pública.

Entretanto, 34% dos participantes informaram nunca utilizar essas informações, o que representa uma lacuna preocupante na prática profissional. Borges e Sousa (2021) ressaltam que a ausência de utilização das DFs pode estar associada à linguagem excessivamente técnica e à falta de clareza na apresentação dos dados, fatores que dificultam a compreensão por parte de gestores e demais usuários. Esse cenário reforça a necessidade de capacitações e de estratégias comunicacionais mais acessíveis, de forma a ampliar o uso efetivo das informações contábeis no cotidiano das instituições públicas.

Dificuldades na Interpretação

A análise dos dados apresentados no Quadro 3 revela que a maior parte dos participantes (45,3%) classificou a interpretação das Demonstrações Financeiras Públicas (DFs) como “Razoável”, indicando que a atividade se situou em um nível intermediário de dificuldade, não sendo percebida como muito fácil, mas também não excessivamente complexa. Esse resultado reforça os apontamentos de Alves et al. (2022), que identificaram que, mesmo entre gestores de instituições públicas, existem dificuldades significativas na leitura e interpretação dos relatórios contábeis, refletindo a necessidade de maior clareza na elaboração dessas informações.

Quadro 3 – Grau de Dificuldade na Interpretação das DFs públicas

Grau de Dificuldade	Quantidade	Percentual
Muito Fácil	3	5,7%
Fácil	2	3,8%
Razoável	24	45,3%
Difícil	14	26,4%
Muito difícil	10	18,9%

Além disso, 26,4% dos participantes avaliaram a atividade como “Difícil” e 18,9% como “Muito Difícil”, totalizando 45,3%, exatamente igual ao percentual dos que consideraram a atividade “Razoável”. Esse dado evidencia que quase metade dos respondentes enfrentou barreiras relevantes na interpretação dos demonstrativos, o que corrobora os achados de Bruschi e Falcão (2017), que apontam a linguagem técnica e a estrutura normativa rígida das demonstrações como fatores que dificultam o entendimento por usuários não contábeis.

Por outro lado, apenas 9,5% dos respondentes classificaram a atividade como “Fácil” ou “Muito Fácil”, uma minoria não significativa. Essa baixa porcentagem reforça a constatação de Borges e Sousa (2021) de que ainda existe um descompasso entre a produção das informações contábeis e a capacidade dos usuários em compreendê-las, o que limita o potencial das DFs como instrumento de gestão e controle social.

De forma geral, os resultados demonstram uma tendência clara de percepção da atividade como moderada a difícil, evidenciando a urgência de estratégias que promovam a simplificação da linguagem contábil e a capacitação dos profissionais para melhorar a compreensão e utilização dessas informações no contexto da gestão pública.

Aspectos mais difíceis na leitura/interpretação das DFs públicas

A análise dos dados apresentados no Quadro 4 evidencia que a terminologia técnica utilizada nas Demonstrações Financeiras (DFs) do setor público é o principal obstáculo para a interpretação dessas informações, sendo apontada por 67,9% dos participantes como a maior dificuldade. Esse achado corrobora os estudos de Bruschi e Falcão (2017), que destacam como o vocabulário excessivamente especializado afasta os gestores e demais usuários que não possuem formação contábil, comprometendo a clareza e a função comunicativa dos relatórios. Tal resultado também reforça a necessidade de simplificação da linguagem contábil, defendida por Mendes et al. (2025), que propõem a adoção de termos mais acessíveis para ampliar a compreensão e utilidade dessas informações.

Quadro 4 – Aspectos mais difíceis na leitura/interpretação das DFs públicas

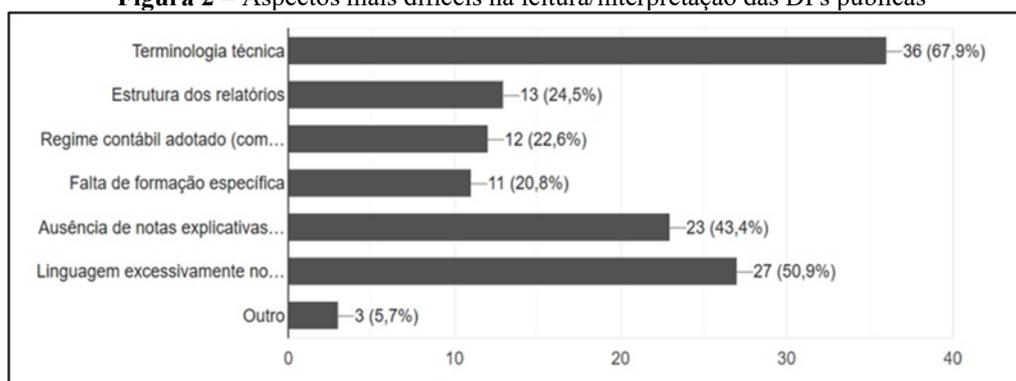
Aspectos mais difíceis	Quantidade	Percentual
Terminologia técnica	36	67,9%
Estrutura dos relatórios	13	24,5%
Regime contábil adotado (competência vs. caixa)	12	22,6%
Falta de formação específica	11	20,8%
Ausência de notas explicativas claras	23	43,4%
Linguagem excessivamente normativa	27	50,9%
Outro	3	5,7%

Em segundo lugar, 50,9% dos respondentes indicaram que a linguagem excessivamente normativa dificulta a interpretação dos relatórios contábeis. Essa constatação vai ao encontro dos apontamentos de Borges e Sousa (2021), que afirmam que a rigidez estrutural e normativa da contabilidade pública pode limitar seu papel estratégico, transformando os demonstrativos em instrumentos meramente formais, sem atender plenamente às necessidades de gestores e da sociedade.

Outro aspecto relevante identificado foi a ausência de notas explicativas claras, mencionada por 43,4% dos participantes, o que indica uma lacuna na contextualização das informações financeiras. Camacho et al. (2018) argumentam que a falta de elementos explicativos reduz a transparência e aumenta as chances de interpretações equivocadas, prejudicando tanto a tomada de decisão quanto o controle social.

Além desses fatores centrais, os participantes também apontaram como barreiras a estrutura complexa dos relatórios (24,5%), a dificuldade em compreender o regime contábil adotado — distinção entre competência e caixa — (22,6%), e a falta de formação específica na área (20,8%). Esses resultados estão alinhados a Carvalho e Ribeiro (2020), que ressaltam a importância da formação multidisciplinar para que profissionais da Administração possam interpretar adequadamente os relatórios contábeis e utilizá-los como ferramentas estratégicas de gestão.

Figura 2 – Aspectos mais difíceis na leitura/interpretação das DFs públicas



Por fim, 5,7% dos participantes mencionaram outros aspectos menos recorrentes, mas ainda relevantes, que afetam a interpretação dos demonstrativos. De forma geral, os dados confirmam que a dificuldade não reside apenas na complexidade técnica, mas também na forma como as informações são comunicadas, evidenciando a necessidade de estratégias educativas, padronização e simplificação da linguagem contábil, como defendido por Félix (2017), para aproximar a contabilidade pública dos gestores e da sociedade.

As DFs públicas e o cumprimento da sua função de informar com clareza e acessibilidade

A análise dos dados do Quadro 5 demonstra que 41,5% dos participantes consideram que as Demonstrações Financeiras (DFs) públicas cumprem sua função de informar com clareza e acessibilidade apenas parcialmente, enquanto 35,8% afirmaram que essa função não é cumprida. Apenas 17% dos respondentes acreditam que as demonstrações atendem plenamente ao seu propósito informativo, e 5,7% declararam não saber opinar sobre a questão.

Quadro 5 – Cumprimento da função das DFs públicas

Respostas Alternativas	Quantidade	Percentual
Sim	9	17%
Parcialmente	22	41,5%
Não	19	35,8%
Não sei responder	3	5,7%

Esses resultados refletem a percepção de que, embora as DFs sejam instrumentos fundamentais para a transparência e a tomada de decisão, a comunicação contábil no setor público ainda apresenta falhas significativas. Borges e Sousa (2021) destacam que a linguagem excessivamente técnica e a ausência de padronização na apresentação dos relatórios contábeis dificultam sua interpretação, restringindo o acesso à informação por parte de gestores e da sociedade.

O fato de a maioria dos participantes ter indicado que a função informativa é cumprida apenas parcialmente ou não é cumprida confirma os achados de Bruschi e Falcão (2017), que ressaltam que a tecnicidade da linguagem contábil muitas vezes transforma os relatórios em documentos burocráticos, em vez de ferramentas

de apoio à gestão. Além disso, Mendes et al. (2025) defendem que a contabilidade pública deve assumir uma função pedagógica, com relatórios mais claros, visuais e explicativos, de modo a aproximar os usuários das informações apresentadas.

Assim, os dados evidenciam a necessidade urgente de estratégias que simplifiquem a comunicação contábil, tornando-a mais acessível e funcional. Isso envolve não apenas o uso de uma linguagem cidadã e menos normativa, como também investimentos em capacitação de gestores e na produção de relatórios que traduzam os números em informações compreensíveis, fortalecendo a transparência, a accountability e o controle social, conforme defendido por Félix (2017).

Sugestões de melhoria para a compreensão das DFs públicas

A análise dos dados do Quadro 6 evidencia que a utilização de uma linguagem mais simples e direta foi a sugestão mais apontada pelos participantes, sendo mencionada por 58,5% deles. Esse resultado reforça os argumentos de Mendes et al. (2025), que destacam a importância de uma comunicação contábil clara e objetiva para facilitar a compreensão das informações financeiras por gestores e cidadãos.

Quadro 6 – Sugestões de melhoria

Sugestões de Melhoria	Quantidade	Percentual
Linguagem mais simples e direta	31	58,5%
Inclusão de glossário nos relatórios	3	5,7%
Treinamentos e capacitações	9	17%
Materiais audiovisuais explicativos	0	-
Material mais gráfico (infográficos, esquemas, mapas visuais etc)	2	3,8%
Nenhuma das alternativas	0	-
Outras sugestões	2	3,8%
Todas as alternativas acima	6	11,3%

Além disso, Bruschi e Falcão (2017) salientam que a tecnicidade excessiva da linguagem contábil é uma barreira significativa para o entendimento dos relatórios, sendo necessário traduzi-los em termos mais acessíveis e funcionais.

Outra sugestão relevante foi a realização de treinamentos e capacitações, indicada por 17% dos participantes, demonstrando o interesse dos profissionais em aprimorar seus conhecimentos sobre interpretação das Demonstrações Financeiras (DFs). Essa demanda está alinhada aos estudos de Alves et al. (2022), que enfatizam a capacitação contínua como estratégia essencial para melhorar a habilidade dos usuários internos na análise e utilização das informações contábeis como suporte à tomada de decisão.

A inclusão de glossários nos relatórios foi apontada por 5,7% dos respondentes, indicando a necessidade de ferramentas auxiliares que expliquem a terminologia técnica utilizada nos demonstrativos. Segundo Camacho et al. (2018), a presença de recursos didáticos, como glossários e notas explicativas, pode reduzir a complexidade percebida pelos usuários, tornando a contabilidade mais compreensível e inclusiva.

Além disso, 11,3% dos participantes optaram por “Todas as alternativas acima”, sugerindo que a combinação de diferentes estratégias de melhoria seria mais eficaz do que ações isoladas. Esse dado confirma a visão de Borges e Sousa (2021), que defendem uma abordagem integrada para promover a democratização das informações contábeis no setor público.

Embora sugestões como materiais audiovisuais explicativos e a opção “nenhuma das alternativas” não tenham recebido votos, 3,8% dos participantes recomendaram o uso de materiais gráficos, como infográficos e esquemas visuais, que podem facilitar a interpretação dos dados, conforme sugerido por Siebeneichler e Feil (2022).

De forma geral, os resultados evidenciam a necessidade de tornar os relatórios contábeis mais acessíveis, por meio da simplificação da linguagem, da capacitação dos usuários, da adoção de recursos visuais e da padronização das informações. Essas ações, além de promoverem maior clareza, podem fortalecer a transparência, a governança pública e o controle social, alinhando-se aos princípios defendidos por Félix (2017) sobre a participação cidadã na gestão pública.

Percepção da utilidade e acesso ao cidadão comum

A análise dos dados do Quadro 7 evidencia que a maioria dos participantes (58,5%) considera que as Demonstrações Financeiras (DFs) públicas não são acessíveis ao cidadão comum, revelando uma percepção crítica quanto à clareza e compreensão dessas informações. Esse resultado corrobora os apontamentos de Bruschi e Falcão (2017), que destacam que a linguagem contábil, quando excessivamente técnica, tende a afastar os usuários leigos, dificultando a transparência e o exercício do controle social.

Por outro lado, 32,1% dos respondentes acreditam que as DFs são parcialmente compreensíveis, dependendo do conhecimento prévio do cidadão. Esse dado dialoga com os estudos de Borges e Sousa (2021), que identificam uma lacuna entre a forma como as informações são apresentadas e a capacidade interpretativa do público, ressaltando a necessidade de relatórios mais didáticos e estruturados para atender diferentes perfis de usuários.

Quadro 7 – Percepção da utilidade e acesso das DFs públicas

Respostas Alternativas	Quantidade	Percentual
Sim	5	9,4%
Parcialmente	17	32,1%
Não	31	58,5%

Apenas 9,4% dos participantes consideram que as DFs são totalmente acessíveis ao público leigo, um percentual bastante reduzido que evidencia a urgência de estratégias de comunicação mais inclusivas. Mendes et al. (2025) defendem que a contabilidade pública deve assumir um papel pedagógico, transformando relatórios técnicos em instrumentos claros e úteis para a sociedade.

De forma geral, os resultados indicam que a linguagem contábil ainda se apresenta como uma barreira significativa entre a gestão pública e a população, confirmando a importância de ações voltadas à simplificação da comunicação e à promoção da educação financeira e contábil, conforme defendido por Félix (2017). Essa aproximação é fundamental para fortalecer a accountability e garantir que os cidadãos possam exercer efetivamente o controle social sobre os recursos públicos.

Percepção da utilidade das DFs públicas para opções ou fins específicos

A análise dos dados do Quadro 8 evidencia diferentes percepções dos participantes sobre a utilidade das Demonstrações Financeiras (DFs) públicas em diversos contextos. Em relação ao planejamento da gestão pública, os resultados mostraram que a maioria das respostas se concentrou nos níveis “Pouca” (19) e “Média” (19), enquanto apenas 10 participantes atribuíram a classificação “Muito Alta” e 3 a “Alta”. Esse resultado indica que, embora as DFs sejam reconhecidas como ferramentas importantes para o planejamento, seu impacto ainda é percebido como moderado a baixo. Borges e Sousa (2021) destacam que a linguagem excessivamente técnica e a falta de padronização na apresentação das informações dificultam a utilização efetiva desses relatórios para o planejamento estratégico, o que pode explicar a baixa percepção de utilidade identificada.

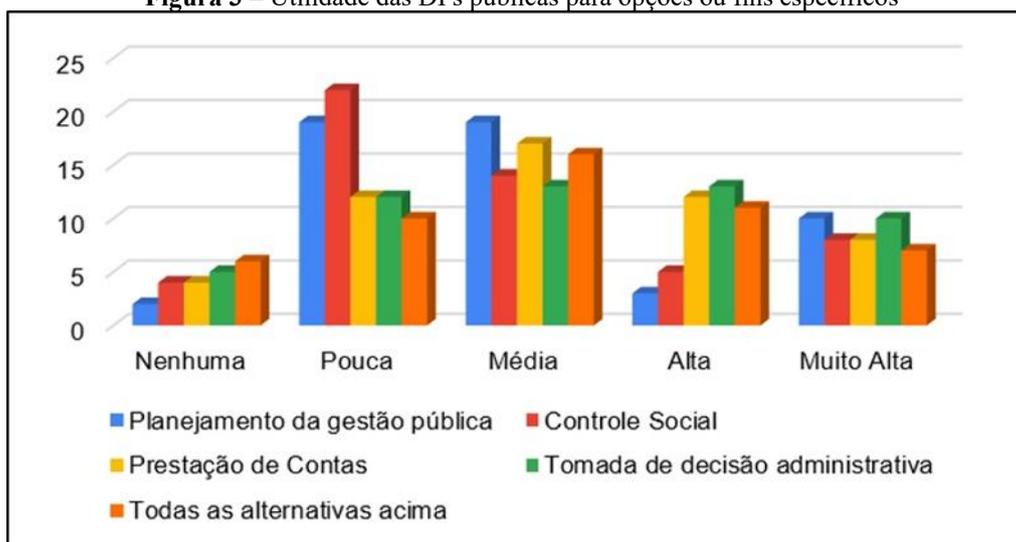
Quadro 8 – Utilidade das DFs públicas para opções ou fins específicos

Respostas Alternativas	Nenhuma	Pouca	Média	Alta	Muito Alta
Planejamento da gestão pública	2	19	19	3	10
Controle Social	4	22	14	5	8
Prestação de Contas	4	12	17	12	8
Tomada de decisão administrativa	5	12	13	13	10
Todas as alternativas acima	6	10	16	11	7

No que se refere ao controle social, 22 participantes classificaram a utilidade das DFs como “Pouca”, e 14 como “Média”, totalizando 36 respostas concentradas nos níveis mais baixos. Apenas 13 respondentes atribuíram as classificações “Alta” ou “Muito Alta”. Esse cenário confirma as observações de Félix (2017), que afirma que o distanciamento entre a sociedade e os mecanismos de fiscalização decorre, em grande parte, da dificuldade de compreensão das informações contábeis, limitando o exercício pleno da accountability e da participação cidadã.

Quanto à prestação de contas, houve uma distribuição mais equilibrada: 17 respostas em “Média”, 12 em “Alta” e 8 em “Muito Alta”, enquanto 12 participantes consideraram a utilidade como “Pouca”. Esses dados sugerem uma percepção moderada a alta, evidenciando que as DFs possuem papel relevante nesse processo, mas ainda enfrentam desafios na clareza e na acessibilidade, conforme apontam Bruschi e Falcão (2017), ao destacar que a forma burocrática de apresentação pode comprometer a função comunicativa desses relatórios.

A tomada de decisão administrativa foi a dimensão com maior reconhecimento positivo: 13 respostas em “Alta” e 10 em “Muito Alta”, enquanto apenas 5 participantes optaram por “Nenhuma” e 12 por “Pouca”. Esse resultado demonstra que os participantes percebem as DFs como informações relevantes para a gestão estratégica, corroborando Giacomoni (2012), que destaca a importância desses demonstrativos como instrumentos de apoio à eficiência administrativa.

Figura 3 – Utilidade das DFs públicas para opções ou fins específicos

Na opção “Todas as alternativas acima”, houve uma distribuição mais heterogênea, com 16 respostas em “Média”, 11 em “Alta” e 7 em “Muito Alta”, além de 10 em “Pouca” e 6 em “Nenhuma”. Essa variação sugere uma percepção dividida, mas levemente inclinada para impacto moderado a alto, reforçando a análise de Camacho et al. (2018), que defendem a necessidade de relatórios mais didáticos e integrados para ampliar a compreensão das DFs por diferentes públicos.

De forma geral, os resultados indicam que, embora as DFs sejam reconhecidas como ferramentas importantes, sua utilidade ainda é limitada por barreiras comunicacionais e técnicas, confirmando a urgência de estratégias voltadas à simplificação da linguagem, capacitação dos usuários e adoção de recursos visuais que promovam maior clareza e acessibilidade, conforme defendido por Mendes et al. (2025).

Principais barreiras para interpretar as DFs públicas

A análise dos resultados da pesquisa evidenciou que as principais barreiras para a interpretação das Demonstrações Financeiras (DFs) do setor público estão associadas a fatores de ordem técnica, estrutural e comunicacional. Entre elas, destacam-se a complexidade técnica dos relatórios, o grande volume de informações, as diferenças em relação à contabilidade do setor privado, a terminologia própria do setor público, a falta de padronização na comunicação com os cidadãos e o distanciamento do cidadão comum no acesso e na compreensão desses dados. Esses aspectos refletem o que Borges e Sousa (2021) apontam como um descompasso entre a produção da informação contábil e a sua utilização efetiva pelos usuários, tornando-a pouco acessível e limitando seu potencial para promover transparência e controle social.

A terminologia complexa e linguagem excessivamente técnica, citadas como principais obstáculos, estão em consonância com os achados de Bruschi e Falcão (2017), que ressaltam que a linguagem contábil, ao ser demasiadamente normatizada, dificulta a interpretação por usuários sem formação específica na área. Além disso, a pesquisa identificou a falta de capacitação ou de programas de formação voltados ao público em geral, o que contribui para a baixa compreensão das DFs. Alves et al. (2022) reforçam que, mesmo entre gestores públicos, a ausência de treinamentos contínuos compromete a qualidade das decisões administrativas baseadas em informações contábeis.

Outro fator mencionado foi o desinteresse em buscar conhecimento especializado, o que reduz a capacidade analítica dos usuários. Mendes et al. (2025) sugerem que esse desinteresse pode estar relacionado à forma pouco atrativa como as informações são apresentadas, sendo necessário que os contadores assumam um papel pedagógico, utilizando relatórios mais visuais e explicativos.

A ausência de clareza e de explicações auxiliares, como notas explicativas detalhadas, também foi apontada como uma limitação importante. Camacho et al. (2018) defendem que essas ferramentas são essenciais para contextualizar os números, permitindo que os usuários compreendam não apenas os dados, mas também os fatores econômicos e sociais que eles representam.

Em síntese, as barreiras identificadas não estão restritas à técnica contábil, mas envolvem a capacidade de contextualizar as informações no cenário social e orçamentário do setor público. Assim, torna-se urgente a adoção de estratégias educativas e de simplificação da comunicação contábil, conforme defendido por Félix (2017), a fim de transformar as DFs em instrumentos efetivos de participação social, planejamento e tomada de decisão.

Sugestões de melhorias para a comunicação contábil no setor público

A partir das respostas compiladas na pesquisa, foi possível organizar e sintetizar as sugestões para melhorar a comunicação contábil no setor público, estruturando-as em categorias que refletem a necessidade de aproximar a contabilidade da sociedade e dos gestores. Conforme destacam Borges e Sousa (2021), a comunicação contábil deve ir além do aspecto técnico, assumindo uma função estratégica e pedagógica, capaz de promover a transparência e fortalecer a accountability.

O ponto central identificado foi a importância de uma linguagem clara, objetiva e acessível, que permita que gestores, servidores e cidadãos compreendam as informações financeiras e reconheçam o impacto das decisões e políticas públicas na sociedade. Mendes et al. (2025) reforçam que relatórios excessivamente técnicos afastam os usuários e reduzem a efetividade da contabilidade como instrumento de gestão, sendo essencial traduzir os números em narrativas compreensíveis e relevantes.

Entre as estratégias propostas, destacam-se:

- **Uso de relatórios visuais** – Adoção de gráficos, infográficos e resumos explicativos para facilitar a leitura e interpretação dos dados, permitindo uma compreensão rápida e intuitiva, conforme sugerem Siebeneichler e Feil (2022).
- **Capacitação contínua** – Realização de cursos, workshops e materiais educativos para treinar gestores, servidores e até cidadãos, visando ampliar o entendimento da contabilidade pública e a interpretação de relatórios financeiros (Alves et al., 2022).
- **Transparência ativa** – Divulgação das informações de forma clara e acessível nos portais públicos, promovendo confiança e engajamento social, alinhando-se aos princípios defendidos por Félix (2017) sobre participação cidadã e controle social.
- **Simplificação e padronização** – Criação de versões resumidas dos relatórios, inclusão de glossários com termos contábeis e uso de uma linguagem cidadã, menos normativa e mais voltada ao entendimento prático, como defendem Bruschi e Falcão (2017).
- **Educação financeira e integração com a sociedade** – Levar conceitos básicos de contabilidade para escolas e comunidades, promovendo familiaridade desde o ensino fundamental, preparando futuros cidadãos para compreender e fiscalizar os gastos públicos.

De forma geral, os resultados apontam que a comunicação contábil no setor público precisa migrar de uma abordagem puramente legalista para uma lógica de prestação de contas clara, útil e inclusiva. Essa mudança permitirá que os relatórios financeiros se tornem instrumentos efetivos de participação social e tomada de decisão, aproximando a gestão pública da população e fortalecendo a governança e a transparência na administração dos recursos públicos.

IX. Considerações Finais

As informações contábeis constituem um instrumento essencial para a tomada de decisões em organizações públicas e privadas, sendo a clareza, acessibilidade e precisão dos dados fatores determinantes para que os usuários internos e externos compreendam a realidade financeira das instituições. Este estudo evidenciou que, embora a maioria dos participantes apresente boa ou total familiaridade com algumas Demonstrações Financeiras (DFs) públicas, o uso desses relatórios ainda ocorre de forma esporádica em atividades profissionais ou acadêmicas, o que limita seu potencial estratégico.

Os resultados demonstraram que o grau de dificuldade na interpretação das DFs foi classificado como “razoável” por grande parte dos respondentes. Contudo, um número expressivo relatou dificuldades significativas, principalmente relacionadas à terminologia técnica, à linguagem excessivamente normativa e à ausência de notas explicativas claras, corroborando estudos de Bruschi e Falcão (2017) e Borges e Sousa (2021). Outro achado relevante foi que as DFs cumprem apenas parcialmente sua função informativa, sendo percebidas como pouco acessíveis ao cidadão comum, o que compromete sua função social e o exercício do controle social.

No campo teórico, este trabalho contribui ao reforçar a literatura sobre comunicação contábil no setor público, evidenciando que a qualidade técnica das informações não é suficiente por si só. É necessário considerar a forma como os relatórios são comunicados, aproximando contadores, gestores e cidadãos por meio de uma linguagem acessível e de estratégias que favoreçam a transparência e a accountability, alinhando-se às recomendações de Mendes et al. (2025).

Em termos práticos, os resultados oferecem subsídios para gestores públicos e profissionais da contabilidade na formulação de ações voltadas à simplificação da linguagem contábil, à capacitação contínua de usuários internos e à adoção de recursos visuais e pedagógicos que tornem as informações mais claras e atrativas. Essas iniciativas podem fortalecer a governança pública, melhorar a eficiência na tomada de decisões e aproximar a sociedade da gestão dos recursos públicos.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa foi conduzida com amostra restrita de profissionais de administração de um único estado, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, o recorte temporal transversal não permite observar mudanças na percepção dos participantes ao longo do tempo.

Para futuras investigações, sugere-se ampliar o estudo para outros estados e perfis profissionais, bem como comparar percepções entre diferentes áreas, como contadores, gestores e cidadãos. Também é recomendada a aplicação de metodologias mistas, integrando análises quantitativas e qualitativas mais aprofundadas, além de explorar inovações tecnológicas na comunicação contábil, como dashboards interativos e relatórios digitais acessíveis.

Conclui-se que a efetividade da contabilidade como instrumento de gestão estratégica depende não apenas da exatidão técnica, mas também da comunicação eficaz e inclusiva. A integração entre contadores e administradores, aliada à mudança cultural nas instituições públicas, é fundamental para que as DFs cumpram plenamente sua função social, promovendo uma administração mais transparente, participativa e alinhada aos princípios da boa governança.

Referências

- [1]. Alves, M. A. F., Et Al. (2022). Compreensão Das Informações Contábeis Por Usuários Internos Tomadores De Decisão: Um Estudo De Caso Na Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro.
- [2]. Bardin, L. (2016). *Análise De Conteúdo* (3. Ed.). Edições 70.
- [3]. Borges, A. P., & Sousa, C. E. (2021). Dificuldades Na Compreensão Das Demonstrações Financeiras No Setor Público: Uma Análise Do Acesso À Informação Contábil. *Revista Contabilidade & Gestão*, 26(69), 45–62.
- [4]. Bruschi, R., & Falcão, M. (2017). A Linguagem Da Contabilidade Pública E Seu Impacto Na Interpretação Das Demonstrações Financeiras. *Revista De Administração Pública*, 51(4), 567–585.
- [5]. Camacho, E. U. (2018). *Compreensibilidade Das Contas Públicas: Uma Análise A Partir Do Entendimento Dos Usuários Da Informação* (Dissertação De Mestrado). FECAP.
- [6]. Carrion, J. O., & Barbosa, J. E. C. (2021). Planejamento Como Instrumento De Gestão Para Microempreendedor Individual. *Revista Ambiente Contábil*, 9(42), 24–49.
- [7]. Carvalho, J. P., & Ribeiro, F. (2020). Formação Em Contabilidade E Percepção Sobre As Demonstrações Financeiras Entre Profissionais Da Administração. *Revista De Ciências Contábeis*, 18(2), 105–120.
- [8]. Conselho Federal De Contabilidade – CFC. (2016). *Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público*. CFC.
- [9]. Feitosa, M. F. M., Et Al. (2024). Uma Ausência Não Sentida? Informação Contábil E Sobrevivência Das Micro E Pequenas Empresas. *ARACÊ*, 6(4), 14011–14036.
- [10]. Félix, L. A. (2017). Análise Das Percepções Dos Profissionais Contábeis De Prefeituras Municipais Quanto À Relevância Das Mudanças Introduzidas Pela Adoção Das Normas Brasileiras De Contabilidade Pública. *Revista Contabilidade Em Texto*, 7(2), 1–24.
- [11]. Giacomoni, J. L. (2012). *Contabilidade Pública* (12. Ed.). Atlas.
- [12]. Hippler, I. M., Et Al. (2022). Contabilidade Rural Como Instrumento De Gestão. *Encontro Internacional De Gestão, Desenvolvimento E Inovação (EIGEDIN)*, 6(1).
- [13]. Kruger, J. M. (2023). *Metodologia Da Pesquisa Em Administração: Em Linguagem Descomplicada*. Curitiba: Bagai.
- [14]. Marcelino, J. A., Et Al. (2021). Contabilidade Gerencial Como Ferramenta De Apoio À Gestão De Pequenas Empresas. *Revista Controladoria E Gestão*, 2(2), 469–485.
- [15]. Mendes, A. G. R., Et Al. (2025). A Comunicação Das Informações Contábeis E Seu Papel Na Melhoria Da Compreensão Contábil Na Área Empresarial: Um Estudo De Caso No Escritório Análise Contabilidade.
- [16]. Messias, D., & Walter, S. A. (2018). O Processo De Comunicação Contábil No Setor Público: Percepção Dos Contadores Sobre Universidades Federais. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 37–53.
- [17]. Ngo, E. N., & Pananguila, M. C. (2023). A Contabilidade Geral: A Sua Importância Como Suporte De Gestão. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 4(2), E422824-E422824.
- [18]. Oliveira, C. De. (2023). *A Utilização De Mecanismos De Governança Da Informação Contábil No Contexto Organizacional*.
- [19]. Peres, L. N. (2024). *Compreensibilidade De Relatórios Financeiros Do Setor Público: Uma Avaliação Baseada Em Processamento De Linguagem Natural* (Tese De Doutorado). Universidade De São Paulo.
- [20]. Siebeneichler, A. F., & Feil, A. A. (2022). Análise Das Demonstrações Contábeis Pelo Método Tradicional, Integrado E Estruturado. *Revista Gestão E Desenvolvimento*, 19(2), 76–103. <https://doi.org/10.25112/Regd.V19i2.2664>
- [21]. Silva, D. M. Da, & Vieira, F. De D. (2024). O Efeito Dos Ajustes De Exercícios Anteriores No Patrimônio Líquido E No Retorno Sobre O Patrimônio Líquido De Companhias Listadas No Novo Mercado Da B3. *Revista Ambiente Contábil*, 16(1), 1–22.
- [22]. Silva, J. A. Dos, Cruz, J. A. W., & Rocha, D. T. Da. (2010). Importância Das Informações Contábeis Para A Tomada De Decisões No Setor Público. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 4(11), 41–61.
- [23]. Silva, M. A. C., Soares, C. S. A., & Barbosa Neto, J. E. (2025). Qualidade Da Informação Contábil E Fiscal No Brasil: Condicionantes Econômicos, Políticos E Tecnológicos Nos Municípios. *Revista Ambiente Contábil*, 17(1), 1–22.
- [24]. Sousa, G. T. B. De. (2023). Um Estudo Sobre As Barreiras Culturais E Educacionais Que Impactam O Nível De Conhecimento Dos Estudantes E Profissionais Das Áreas Contábil/Financeira Acerca Do XBRL, No Estado Da Paraíba.
- [25]. Secretaria Do Tesouro Nacional – STN. Portaria STN N° 548, De 21 De Setembro De 2015. (2015). Estabelece Procedimentos Contábeis Aplicados Ao Setor Público. *Diário Oficial Da União*.